UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALBERTIANE TALITA DIAS COSTA

ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS-EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE.

LIMOEIRO DO NORTE-CE
2017

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA

CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ALBERTIANE TALITA DIAS COSTA

ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS-EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

ORIENTADOR (A): PROF. Dr. MILTON JARBAS RODRIGUES CHAGAS

LIMOEIRO DO NORTE - CE

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catalogação na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

Costa, Albertiane Talita Dias.

C87a

Análise sobre a percepção dos envolvidos na implantação do programa mais-educação em uma escola municipal de Limoeiro do Norte-CE. / Albertiane Talita Dias Costa. – Limoeiro do Norte, 2017.

37 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Milton Jarbas Rodrigues Chagas.

Inclui figuras, tabelas e referências.

1. Planejamento educacional. 2. Programa mais educação. I. Título.

CDD 371.207

ALBERTIANE TALITA DIAS COSTA

ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ENVOLVIDOS NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS-EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE-CE.

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Publica da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data: ___/___/_____

Nota: _____

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Milton Jarbas Rodrigues Chagas

Universidade Federal do Cariri – UFCA

_____

Profa. Dra. Maria Denise Nunes Rodrigues

Universidade Federal do Cariri – UFCA

_____

Profa. Dra. Edmara Chaves Costa

Universidade Federal do Cariri -- UFCA

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. Agradeço também ao meu esposo, Josiano, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, quero agradecer também toda a minha família, que embora não tivessem conhecimento disto, mas iluminaram de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos. E não deixando de agradecer de forma grata e grandiosa a minhas mães, Vileide e Fatima, a quem eu rogo todas as noites a minha existência.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.
(Albert Einstein)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a percepção dos envolvidos na implantação do Programa Mais-Educação em uma escola pública municipal, de Limoeiro do Norte-CE. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados questionários para cada grupo de participantes. A problemática de pesquisa foi: qual a percepção dos atores sobre implantação do programa mais educação na escola pública municipal João Batista Ribeiro? A partir do levantamento vinculado ao delineamento e regulamentação do Programa por parte do Governo Federal, bem como de pesquisa documental e institucional sobre sua implantação, buscamos caracterizar o programa, identificando seus objetivos, público-alvo e indicações relativas à suas formas de realização, bem como confrontar essas definições normativas e programáticas gerais com as características efetivamente assumidas pelo programa diante de sua forma de implantação na escola. O programa trata-se de uma política pública educacional do Governo Federal que visa introduzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral por meio de atividades socioeducativas oferecidas no contra turno escolar, implementado pelo Ministério da Educação e instituído por Portaria Interministerial nº 17/2007, programa esse que faz parte do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE). Os estudos e os resultados da investigação realizada nos possibilitaram concluir que, por seus objetivos, de diminuir as barreiras das desigualdades educacionais, por meio da ampliação da jornada escolar, o Programa é uma tentativa válida, apresentando, porém, algumas lacunas, tanto na elaboração quanto na implantação, que devem ser ao longo do tempo melhor avaliado, para que se possa obter resultados eficientes e a promoção efetiva da educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas Educacionais; Educação Integral; Programa Mais Educação.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**8**
2	**OBJETIVO**	**10**
2.1	**GERAL**	**10**
3	**JUSTIFICATIVA**	**11**
4	**REFERENCIAL TEÓRICO/REVISÃO DE LITERATURA**	**12**
4.1	A EDUCAÇÃO NO BRASIL	12
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO	14
4.3	O PROGRAMA MAIS-EDUCAÇÃO	16
4.4	ESTUDOS RECENTES	21
5	**METODOLOGIA**	**23**
5.1	TIPO DE PESQUISA	23
5.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	24
5.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
5.4	PROCESSO DE COLETA DE DADOS	24
5.5	CAMPO DE PESQUISA	24
	5.5.1. O MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE	24
	5.5.2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	25
6	**ANALISE DE RESULTADOS**	**26**
7	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**29**
	REFERENCIAS	**31**
	ANEXOS	**34**

1 INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação surgiu com objetivo de implantar a educação em tempo integral de alunos de escolas públicas, tendo por base a oferta de atividades diversificadas no contra turno escolar, desenvolvidas tanto no interior escolar, quanto em outros espaços educativos.

As ações e articulações do programa vêm com fim de contribuir para a melhoria da qualidade dos índices escolares. Desta forma, o trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos envolvidos na implantação do Programa Mais-Educação em uma escola pública municipal, de Limoeiro do Norte-CE.

O objeto de estudo deste trabalho foi à escola municipal João Batista Ribeiro de Limoeiro do Norte-CE. A criação do programa foi uma iniciativa do governo federal, pelo Ministério da Educação e está inserida em uma das ações do Plano de desenvolvimento da educação (PDE) que tem como prioridade o incentivo a educação básica, como iniciativas que buscam o sucesso e a permanência do aluno na escola. Essa política pública proporciona o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas que tem como proposta de ampliação do tempo e do espaço educativo dos estudantes em escolas públicas.

Por conseguinte, explicita-se a problemática de pesquisa da seguinte forma: qual a percepção dos envolvidos na implantação do programa mais educação na escola pública municipal João Batista Ribeiro?

Diante desta proposição problemática levantou-se duas hipóteses: a primeira delas se refere à concepção que os atores têm sobre a funcionalidade do contra turno na escola municipal e sua eficiência em uma política pública que gera participação coletiva da comunidade, dos representantes escolares; a outra é sobre os resultados obtidos com a implantação do programa.

Para o melhor desenvolvimento dessa investigação, realizou-se um levantamento da bibliografia relacionada ao tema, bem como pesquisa documental e institucional, que permitisse apreender as características gerais do Programa, assim como suas características específicas, vinculadas ao processo de implantação nas

escolas municipais. Para melhor compreensão desse processo de implantação, realizou-se também uma pesquisa empírica junto à escola objeto de estudo, para observar-se de modo mais próximo aspectos do processo de implantação e das formas de operacionalização do Programa.

2 OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção dos envolvidos na implantação do Programa Mais-Educação em uma escola pública municipal, de Limoeiro do Norte-CE.

3 JUSTIFICATIVA

A justificativa desse trabalho baseia-se em que as políticas públicas são de suma importância para o desenvolvimento de um país, pois permite assegurar determinados direitos de cidadania para toda a população como saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte, (art.6 CF/88). Desse modo, sua gestão é mais importante ainda, pois é onde será realizado todo o planejamento de como será executado e cumprido todo o plano de gestão, ganhando maior visibilidade e excelência na sua execução.

A gestão de políticas públicas também possibilita estabelecer procedimentos capazes de corrigir no processo de decisão, indicando soluções para um planejamento eficaz.

A educação é fator de desenvolvimento de um país, varias políticas públicas já foram criadas nessa área, com o intuito de enfrentar desafios e transformações, entre elas está o Programa Mais Educação.

Nesse contexto procurou-se analisar a percepção dos envolvidos na implantação do Programa Mais Educação na escola municipal João Batista Ribeiro de Limoeiro do Norte-CE, a escolha desse objeto de pesquisa teve início com meu ingresso na monitoria do Programa nesta escola.

O Programa Mais Educação está inserido em uma das ações do PDE que tem como prioridade o incentivo a educação básica e a implantação da educação integral, como iniciativas que buscam o sucesso e a permanência do aluno na escola. Essa política pública proporciona o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas que tem como proposta de ampliação do tempo e do espaço educativo dos estudantes em escolas públicas.

O presente trabalho tem como relevância tentar ajudar a sanar os problemas futuros pertinentes na escola em relação ao programa, apontado a realidade da escola com as diretrizes do programa.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A educação no Brasil

A educação atualmente é considerada um dos setores mais importantes para o desenvolvimento de uma nação. É através da construção de conhecimentos que um país cresce, aumentando sua renda e a qualidade de vida das pessoas. Embora o Brasil tenha avançado neste campo nas últimas décadas, ainda há muito para ser feito. (Figueiredo, 2015).

“A educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano”. (Dicionário Aurélio, 2001, p. 251).

Segundo Oliveira (2009, p.1), educação é um processo de atuação de uma comunidade sobre o desenvolvimento do indivíduo a fim de que ele possa atuar em uma sociedade pronta para a busca da aceitação dos objetivos coletivos.

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA, 2013). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação).

Juntamente ao grande avanço na universalização do ensino nas últimas décadas, o governo criou mecanismos de monitoramento e avaliação, a fim de acompanhar os resultados das políticas educacionais e de seus eventuais problemas.

Em 1990, foi realizado pela primeira vez o levantamento do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o qual coleta dados que permitem a avaliação de conhecimentos e habilidades dos alunos em diferentes séries e áreas curriculares e a identificação de fatores relacionados à organização e funcionamento da escola, aos professores e diretores, a prática pedagógica e aos

alunos, que se acredita tenham influencia na qualidade do ensino ministrado (MEC/INEP, 1998).

O SAEB é composto por duas avaliações complementares. A primeira, denominada Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizado na área rural e urbana e matriculado no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo. A segunda, denominada Anresc - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. (MEC/INEP, 1998).

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são ferramentas de avaliação desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que têm como objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Trata-se de avaliações externas que são realizadas a cada dois anos. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. A Prova Brasil avalia duas competências dos alunos: a de leitura e interpretação de textos (português) e a resolução de problemas matemáticos (matemática). (MEC/INEP, 1998).

As informações do Saeb e da Prova Brasil ajudam o MEC, as secretarias estaduais e municipais de Educação a definirem ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. (MEC/INEP, 1998).

Resultados dessas avaliações realizadas em 2013 revelam que os alunos vêm apresentando notas cada vez mais distantes das metas do Ministério da Educação (MEC/INEP, 1998).

Pensando em como melhorar esses resultados e alcançar as metas, e formar sujeitos capazes de se emancipar, ou seja, pessoas capazes de produzir seu próprio conhecimento, de atualizarem-se constantemente, de corresponderem aos desafios da modernidade e de questionar a realidade com autonomia e criatividade, o ministério da educação vem apostando na criação de políticas públicas educacionais.

4.2. Políticas públicas na educação

Antes de adentrar no contexto que envolve as políticas públicas educacionais, de acordo com Oliveira, 2010, tem se o entendimento do que vem a ser política pública, que a partir da etimologia da palavra se refere ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões.

> Sob este entendimento conceitua-se que: Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA apud FERREIRA; SANTOS, 2014, p.148)

No Brasil, com ênfase para a última década a expressão Políticas Públicas ganhou um rol de notoriedade em todos os campos, fala-se de Políticas Públicas para a educação, saúde, cultura, esporte, justiça e assistência social.

No entanto, tais políticas nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a todos estes serviços públicos não significa que estes tenham qualidade e, que efetivamente, os usuários terão seus direitos respeitados (SETUBAL, 2012).

> Diante destes aspectos tem-se que as políticas públicas se voltam para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das escolas, que reduzem a possibilidade de qualidade na educação. No entanto, somente o direcionamento destas para a educação não constitui uma forma de efetivamente auxiliar crianças e adolescentes a um ensino de melhor qualidade, posto que existam outros pontos que também devem ser tratados a partir das Políticas Públicas, como os problemas de fome, drogas e a própria violência que vem se instalando nas escolas em todo o Brasil (QUADROS apud FERREIRA; SANTOS, 2014, p.149).

Quando se fala em políticas públicas na educação a abordagem trata-se da articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgate a construção da cidadania (GIRON, 2008).

> Tem-se que o sistema educativo adotado e as políticas públicas direcionadas para a educação, são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares (FREIRE, 1998).

Neste sentido, tem-se que as políticas públicas educacionais estão diretamente ligadas a qualidade da educação e, consequentemente, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída primeiramente nas famílias e, posteriormente, nas escolas e na sociedade.

Varias politicas públicas já foram criadas pelo governo federal para melhorar o nível da educação do Brasil, entre elas estão: o Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social; Atleta na escola o objetivo do programa é difundir a prática esportiva entre os estudantes brasileiros e, assim, identificar jovens talentos; Programa Escola Ativa tem como objetivo apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão; e o Programa Mais Educação que foi escolha da escolha para esse estudo,

tem como objetivo melhorar a aprendizagem por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

4.3 O Programa Mais Educação

O programa mais educação foi criado pelo governo federal por meio da Portaria Interministerial n° 17/2007, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10 como uma estratégia de implantação da educação integral no Brasil, em conjunto com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) juntamente com a Secretaria da Educação Básica (SEB/MEC) e as secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Tal programa é mantido pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como forma de proporcionar a educação integral ao Brasil de hoje. (BRASIL, 2012).

> O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escolas públicas, mediante oferta de educação básica em tempo integral (Art. 1, Decreto n° 7.083/10).

Segundo a Série Mais Educação – Educação Integral, do Ministério da Educação (2009), o Programa foi instituído com o objetivo de “minimizar as enormes injustiças que persistem na educação pública brasileira, tendo como base a perspectiva da universalização do ensino, a permanência e a aprendizagem na escola pública juntamente com uma proposta de educação integral” e contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos e conteúdos educativos.

Segundo Matos (2011, p.42) apud Pinheiro 2009: (...) o documento associa a proteção integral, disposta no art.3° do ECA, à educação e à proteção social (na forma do desenvolvimento integral do educando) como fios condutores das ações socioeducativas realizadas no turno alternado ao escolar.(...)

De acordo com esse paradigma, para pensar sobre o desenvolvimento integral do aluno que vive em situação de risco social é imprescindível oferecer oportunidades de retirada desse indivíduo de sua condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, o fomento às atividades socioeducativas caracteriza-se como uma das formas de alcance desse objetivo (MATOS, 2011, p. 83).

De acordo com a Portaria Interministerial nº 17/2007, o Programa Mais Educação tem como finalidade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

O Programa objetiva apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contra turno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar; Tal programa usa como base estudos realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e os dados da prova Brasil de 2005 para fomentar as atividades visando à melhora do ambiente escolar. De acordo com o documento do MEC (BRASIL, 2012):

> Nesses estudos destacou-se o uso do “Índice de Efeito Escola – IEE”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está localizada.

O Programa utiliza o espaço escolar para realização de atividades de cunho pedagógico, onde estas são desenvolvidas em contra turno ao horário escolar. Cada Ministério é responsável por algumas atividades e programas específicos, que são desenvolvidos por monitores. A carga horária mínima de permanência dos alunos na escola é de sete horas diárias, sem contar o horário de almoço. Porém a demanda pela jornada ampliada “traz como consequência a

necessidade de espaço" (MAURÍCIO, 2009, p.26), onde a instituição escolar perde destaque, partindo do entendimento que é possível existir aprendizagem em todos os espaços com potencial educativo, dentro ou fora da escola.

Com esse protótipo, conforme Carvalho (2006), a escola deve ser compreendida a partir de um novo contexto: Já não se invoca a escola como único espaço de aprendizagem.

> As políticas públicas, como cultura, assistência social, esporte e meio ambiente invadem o campo das chamadas ações/programas socioeducativos objetivando proporcionar às crianças e adolescente brasileira ampliação do universo cultural, aprendizados de iniciação tecnológica e inclusão digital, aprendizados no campo esportivo, consciência e trato ambiental... Enfim, aprendizagens básicas que se deslocam da escola, mas a ela se complementam (EDUCAÇÃO, p. 03, 2009).

A proposta de atividades que compõe o Programa Mais Educação foi dividida em macro campos, sendo estes: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, direitos humanos, esporte e lazer, cultura digital, cultura e artes, promoção e prevenção da saúde, educomunicação, educação econômica e educação científica. Que segundo Carvalho (2006), ganha efetividade quando integrada a um projeto totalizador da política social.

Para que cada atividade seja desenvolvida, o Governo Federal repassa recursos para fomentação e auxilio de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais e rádio escolar, dentre outros; e referência de valores para equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola com os recursos repassados. (Fonte: Programa Mais Educação – Passo a Passo – Ministério da Educação).

Segundo a Resolução 020_06/05/2011, o montante de recursos destinados a cada escola será repassado por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE/Educação Integral, para conta corrente em nome da Unidade Executora Própria - UEX representativa da unidade escolar, liberado em uma só parcela, considerando as necessidades de 10 (dez) meses letivos para

realização das atividades. O trabalho de monitoria deverá ser desempenhado, preferencialmente, por estudantes universitários deformação específica nas áreas de desenvolvimento das atividades ou por pessoas da comunidade com habilidades apropriadas. Além disso, poderão desempenhar a função de monitoria, de acordo com suas competências, saberes e habilidades, estudantes da educação de jovens de adultos – EJA e estudantes do ensino médio. É recomendada a não utilização de professores da própria escola para atuarem como monitores, quando isso significar ressarcimento de despesas do transporte e alimentação com recursos do FNDE.

Os recursos, transferidos por intermédio do PDDE para implantação da Educação Integral, segundo FNDE destinam-se para ressarcimento de despesas de alimentação, transporte dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, à contratação de pequenos serviços e aquisição de materiais de consume. O trabalho do monitor deverá ser considerado de natureza voluntária, na forma definida pela Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998. Poderão ser escolhidas no mínimo três macro campos, a partir dos macros campos escolhidos, as escolas poderão optar por no mínimo 5 (cinco) e um máximo de 10 (dez) atividades para serem desenvolvidas com os estudantes. No entanto o macro campo, “Acompanhamento Pedagógico” é obrigatório para todas as escolas, devendo haver pelo menos uma atividade deste macro campo. Série Mais Educação – Educação Integral, do Ministério da Educação (2009):

> O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE prestará a assistência financeira pra implantação dos programas de ampliação do tempo escolar das escolas públicas de educação básica, mediante adesão, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Art. 7º, Decreto n° 7.083/10).

Segundo o Manual de educação integral do PDDE de 2009 as turmas deverão ser formadas com um mínimo de 20 (vinte) alunos e um máximo de 30 (trinta) e, podendo mesclar quando conveniente aluno de diferentes serie/anos. Entretanto, para efeito de cálculo, considerarão turmas de 30 alunos.

De acordo com a Resolução 020_06/05/2011 deve-se estabelecer relações entre as atividades do programa Mais Educação com as atividades curriculares do horário normal. Os alunos devem estar inscritos no mínimo em cinco atividades diferentes.

Pinheiro (2009) apontou o PME a partir da identificação de algumas classes de análise:

> O tempo escolar é o tempo que o aluno está sob a responsabilidade da escola, destacando a jornada ampliada como condição de fomento da educação integral. As ações socioeducativas são implementação no contra turno escolar, de forma complementar, associadas às atividades relacionadas à educação, artes, cultura, esporte, lazer, entre outras. O espaço educativo engloba todo o espaço em que ocorre a aprendizagem, escolar ou não. As ações integradas são desenvolvidas a partir do estabelecimento de parcerias com a família, a comunidade, a sociedade civil e organizações não governamentais, configurando-se como meios para ofertar outras oportunidades educacionais. A intersetorialidade busca somar à educação ações de outros ministérios, como do esporte, da cultura, do desenvolvimento social e combate à fome, entre outros, trazendo importantes recursos e possibilitando o benefício de ações sociais.

De acordo com a serie mais-educação:

> O Programa MAIS EDUCAÇÃO já é uma realidade que, como tudo que se faz em educação, será progressivamente aprimorada com a participação de educadores, educandos, artistas, atletas, equipes de saúde e da área ambiental, cientistas, gestores das áreas sociais, enfim, com todos aqueles que, pessoal e profissionalmente, dedicam-se à tarefa de garantir os direitos de nossas crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2009a, p. 07).

Como o programa se trata de uma política pública recente, muito ainda deve ser debatido, apreendido e reorientado afim de que os princípios de uma educação integral de qualidade sejam atingidos, às bases conceituais de tempo, espaço e aprendizagem, e passe a contemplar a educação integral onde todas as escolas possam adotar de forma eficiente, sendo apontado como um progresso à

educação pública vista na perspectiva da cidadania das crianças e adolescentes onde a educação é oportunidade para o aprendizado e do convívio democrático.

4.4 Estudos recentes

Como o programa ainda é uma política pública muito recente poucas pesquisas foram feitas sobre ele. Em 2011, Matos fez uma pesquisa sobre o tema levando como titulo "O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o programa mais escola", tendo como objetivo apresentar o Programa Mais Educação do governo federal e o Programa Mais Escola, de Duque de Caxias-RJ.

Em 2012, Fernandes e Ferreira realizou um estudo com o título "educação em tempo integral: novos desafios para a educação no Brasil", essa pesquisa tinha como objetivo apresentar reflexões acerca da educação integral no Brasil.

Simultaneamente em 2012, Santos realizou uma pesquisa na cidade de Maringá intitulado como "o programa mais educação de uma escola municipal de Maringá: algumas reflexões", tinha como objetivo descrever o Programa mais Educação do Ministério da Educação de uma escola municipal da cidade de Maringá.

Sobre as políticas públicas na educação, no decorrer de 2001 Hofling realizou um trabalho intitulado "Estado e políticas públicas sociais" tendo como foco principal trazer elementos que contribuam para a compreensão desta relação, enfocando autores que se aproximam da abordagem marxista e da neoliberal sobre o tema, também trata das políticas públicas educacionais. Esse estudo aborda a educação continuada, onde fala que qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional.

Pretto, em 2006 estudou "Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo" objetivando analisar as políticas públicas brasileiras em educação relacionando-as com as políticas de cultura, telecomunicações e ciência e tecnologia. Ele destaca a implementação da política de adoção de software livre no Governo Federal, do incentivo da cultura digital e da discussão sobre o sistema brasileiro de TV Digital sendo que, no entanto, pouco se faz no campo da formação

de professores. E chegou a conclusão que lógica linear de currículo não dá conta desses desafios e propõe outra concepção de currículo inserido na lógica hipertextual.

Em 2008, Gatti escreveu sobre “Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década”, ele analisa a educação continuada e conclui que qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional é válida.

Embora o Programa Mais Educação tenha sido pouco pesquisado, já sobre políticas públicas é muito debatido e pesquisado por diversos atores e pesquisadores.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, pois se usou o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave, sobre o Programa Mais Educação. A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em analises qualitativas, caracterizando-se, em principio pela não utilização de instrumental estatístico na analises dos dados. (ZANELLA, 2012, p.73).

Tendo em vista a abordagem qualitativa da pesquisa e o objetivo deste trabalho realizou-se entrevista com as mães dos alunos, gestor da escola do município de Limoeiro do Norte– Ceará, e monitores do programa.

Para a realização desta pesquisa alguns caminhos foram seguidos, eis então a necessidade da metodologia que é o caminho do pensamento. Segundo Martins (2004) a metodologia é compreendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona acerca de seus limites e possibilidades.

Metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato, do fenômeno (ZANELLA, 2012, p. 59). A metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados. (BRUYNE, 1991 p. 29)

5.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa fez abordagem de natureza exploratória, pois explora a realidade buscando maiores conhecimentos, com a utilização de dados secundários e entrevistas não estruturadas. Os dados secundários serão coletados por meio de busca em site, livros, jornais e revistas.

A pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. (ZANELLA, 2012, P. 77).

De acordo com Gil (2007), A pesquisa exploratória percorre a realidade, procurando mais conhecimento, tendo o planejamento bem flexível.

5.2 População e amostras

Considerando a abordagem qualitativa da pesquisa, define-se a população como sendo a escola, já para amostra selecionamos grupos de participantes que são: cinco mães, o gestor representado pelo diretor e três monitores do programa.

5.3 Instrumentos de coleta de dados

Foram elaborados questionários para cada dos grupos de participantes com base na realidade observada procurando abordar a implantação do programa mais educação na escola e os impactos causados pelo o mesmo.

5.4 Processos de coleta de dados

Os dados foram coletados pessoalmente na instituição, assim como por meio da leitura de material divulgado na internet nos sites oficiais, tais como IBGE, MEC, além de outros. E pelas entrevistas concedidas pelas mães, diretor da escola e monitores do programa.

5.5 Campos de pesquisa

5.5.1 O município de Limoeiro do Norte

O município de Limoeiro do Norte tem acesso pelas rodovias BR-116 e CE-377 e fica a 194 km de Fortaleza, fundada em 1897. O município tem 772,0 km2 e 55.936 habitantes e Pelo intenso fluxo de pessoas, moradores e apenas viajantes, que cruzam as ruas de Limoeiro do Norte todos os dias, tem se aquecido nos últimos anos o setor de Comércio por ser sede de uma região de 401.912 habitantes. A existência de seis faculdades amplia o quadro de mão-de-obra qualificada, como também absorve pessoas para trabalharem nessas entidades. Além do setor de serviços, que mais concentra a população Economicamente Ativa de Limoeiro do Norte, o setor primário deste município é bastante desenvolvido. A fertilidade do solo da Chapada do Apodi (as terras mais férteis do mudo) e a fácil captação de água

para irrigação são importantes atrativos para o desenvolvimento do agronegócio no município, que já é o maior exportador brasileiro de melão e o segundo maior exportador de abacaxi. (IBGE, 2010).

5.5.2. Caracterização da escola

A escola está localizada na rua vila de Fátima s/n- no sitio Tomé, Limoeiro do Norte-CE, em frente à praça. A escola funciona desde 1988. Tendo como lema a educação edifica o homem. No ano de 2015 funcionava os horários diurnos da educação infantil e o ensino de 9(nove) anos completando do 1° ao 9°anos com um número de 251(duzentos e cinquenta e um) alunos, 1(um) diretor, 1(um) agente administrativo, 10(dez) professores, 3(três) auxiliares de serviços gerais, 1(um) motorista, 1(um) vigia, 1(um) monitora de ônibus. A estrutura é composta de 07(sete) salas de aula, 1(um) cantina, 3(três) banheiros, 1(um) diretoria, 2(dois) almoxarifado, 1(um) despesa. Todos os professores são graduados, apenas 4(quatro) funcionários são efetivos os outros 14(quatorze) são contratados pela Secretaria Municipal de Educação (fonte: Escola João Batista Ribeiro).

6 ANÁLISE DE RESULTADOS

Tomando por base as informações relatadas pelos entrevistados: Mães, monitores e a gestora da escola foram percebidos quais os pontos diferentes que existem entre os objetivos do PME e a realidade da sua implantação na escola.

Segundo os entrevistados, há três grandes problemas enfrentados na implantação do PME na escola, que são: a falta de estrutura física na escola para receber os alunos beneficiados com o PME; a má atuação dos profissionais envolvidos tanto no Programa Mais Educação quanto no horário normal de aulas e; a pouca participação das famílias dos estudantes em suas vidas escolares.

Sobre a estrutura física da escola para receber o PME, o ponto principal a ser citado por quase todos os entrevistados foi à incapacidade de a escola manter o aluno em suas dependências por um turno integral fugindo assim de uma das finalidades do programa que é a ampliação do tempo e do espaço educativo para a implantação do tempo integral de ensino nas escolas. A Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, expressa que o programa Mais Educação tem como objetivo contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos, através de ações no turno oposto as aulas normais, ou seja, no contra turno escolar.

Segundo as mães entrevistadas seus filhos retornam para casa assim que o turno normal de aula se encerra, para que eles possam almoçar e fazer sua higienização. Isso quebra toda a lógica de educação integral do PME, pois se o beneficiário retorna para a sua casa e depois volta novamente para escola, ele está cumprindo dois turnos e não apenas um turno integral. Esse intervalo entre os turnos, segundo algumas mães, dificulta a participação dos seus filhos no PME, pois o deslocamento dos estudantes gera certo desanimo entre as crianças. Muitos moram longe da escola e tem que andar às vezes sobre altas temperaturas e também sobre chuvas para retornar a escola e participar do programa.

Outro comentário citado nas entrevistas sobre esse intervalo que há entre o horário normal de aula e o turno oposto, que serve para as atividades do PME, é que a crianças ficam ainda mais sujeitas a sofrerem algum tipo de violência no caminho entre a escola e suas casas, como relatado por uma mãe de aluno, que alegou que seu filho já tinha sofrido violências físicas e verbais de pessoas alheias ao ambiente escolar, sendo que uma das finalidades do PME expressa no artigo 2º da portaria interministerial 17/2007, é a prevenção e o combate à violência contra crianças, adolescentes e jovens.

Segundo os monitores entrevistados a falta de estrutura física adequada para ministrar as aulas é um ponto negativo na implantação do programa na escola, pois quando as atividades do PME, como: música dança e capoeira que são feitas na própria escola atrapalham os professores e alunos que estão em horário normal de aula, pois o barulho gerado por essas atividades interrompe o bom andamento das atividades ministradas no horário normal.

Outro ponto que está relacionado à falta de estrutura física da escola é baixa frequência dos alunos ao PME, pois o retorno desses alunos para a escola depois do intervalo do meio dia é muito pequeno, devido a circunstancias de deslocamento para ir e vir, prejudicando as articulações que são realizadas no contra turno escolar, que podem contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implantação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar.

A gestora da escola encara o problema da estrutura física da escola, com o principal ponto a ser adequado para a melhoria da qualidade das ações realizadas pelo PME.

Em relação à atuação dos profissionais envolvidos no PME e os professores da escola, os relatos feitos por quase todas as mães é a falta de interesse desses profissionais em atuar de forma concreta na educação dos estudantes. Diante do exposto propõe-se a implantação de um mecanismo de representatividade dos professores junto aos alunos e comunidade escolar. Para isso se faz necessário ir além das paredes da escola e conhecer a realidade de seus

alunos, o que exige um grande esforço dos professores e da gestão da escola sendo necessário ver educação além da simples rotina, mas como um ato de amor.

A maioria das mães revela que não percebeu avanço na aprendizagem e no desenvolvimento curricular dos seus filhos, pois seus filhos ainda continuam com o mesmo rendimento que estavam antes do programa. Em um dos relatos, uma mãe cita que o seu filho ainda continua tendo dificuldades em disciplinas como português e matemática, mesmo participando do PME, o que não está em sintonia com uma das finalidades do PME, que é a contribuição para melhoria das condições de rendimento e o aproveitamento escolar através de suas oficinas.

A gestora da escola aponta como o não avanço na aprendizagem e no rendimento dos alunos a própria direção do PME na escola. De acordo com ela não é feita uma ligação entre as atividades realizadas no PME e as atividades realizadas no horário normal da escola e que também não há um acompanhamento, nem o contato dos monitores do PME e os professores da escola.

A participação das famílias é um ponto citado pela gestora da escola, como o pilar para o bom desenvolvimento do aluno e que sem o apoio da família esse aluno está ainda mais vulnerável às adversidades como: evasão escolar, reprovação, trabalho infantil, exploração sexual e outras formas de violência. Grande parte das mães entrevistadas nunca ouviu falar sobre o PME e sobre seus objetivos e finalidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas com os entrevistados, constata-se que o programa pode ter conseguido diminuir a proporção de crianças ausentes na escola, ou seja, a diminuição da evasão escolar, embora não seja capaz de garantir em sala de aula um bom desempenho escolar, pois o rendimento dos alunos, segundo a maioria das mães e a gestora da escola, continua o mesmo de antes da implantação do PME.

A falta de estrutura física da escola para receber os alunos por tempo integral, onde afeta tanto na participação dos alunos no programa por morarem longe como na superlotação na escola pela falta de espaço, atrapalhando assim o horário normal de aula; o envolvimento dos profissionais envolvidos tanto no Programa Mais Educação quanto no horário normal de aulas, onde este acha que todas as responsabilidades são dos monitores do programa; a pouca participação das famílias dos estudantes em suas vidas escolares, onde não tem o comprometimento de fazer com que seus filhos participem do programa, foram alguns dos problemas identificados através das entrevistas, depois da implantação do programa na escola.

Com base nas informações relacionadas ao desempenho escolar das crianças e dos jovens beneficiários do programa, obtidas nas entrevistas, evidencia-se que não houve ou que não foi possível perceber mudança positiva na aprendizagem e no rendimento escolar dos alunos participantes do programa em relação às atividades curriculares propostas pela escola.

Para Dessen e Polônia (2007), uma das tarefas mais importantes a serem desenvolvidas pela escola, embora difícil de ser implantada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Diante do contexto apresentado surge a necessidade de um acompanhamento, considerando as especificidades de cada local, por parte das

instancias responsáveis, no sentido de adaptar o PME às diversas realidades escolares que existem.

Sabe-se que a implantação e a operacionalização deste Programa ainda é algo recente e ainda há impasses e desafios a serem alcançados no tocante aos planejamentos e a operacionalização do macro campos do saber. A tarefa não é fácil, mas não é impossível, pois ter uma educação de qualidade, com o apoio das famílias e da comunidade, apesar de ainda ser um sonho, pode vir a se tornar realidade, para isso é preciso que os atores envolvidos tomem as atitudes que se fazem necessárias para que a mudança se concretize.

Toda pesquisa possui limitações ligadas ao contexto em que foi realizada, sejam elas metodológicas, práticas ou teóricas. Com relação às limitações desta pesquisa, pode-se considerar que se restringiu a uma pequena amostra, fazendo com que os dados e a interpretação dos resultados sejam característicos. Em estudos desta natureza, os resultados somente podem ser generalizados em relação aos fundamentos teóricos, mas não em relação à análise de dados e interpretações de resultados. Outras limitações foram à falta de trabalhos de outros autores sobre o tema e as várias mudanças da gestão da organização pesquisada.

Este estudo poderia ser aplicado em outras escolas do município para saber a realidade de cada uma, complementando o entendimento quanto à inovação em todos os níveis de escolas públicas da prefeitura de Limoeiro do norte-CE. Trabalhos que também viessem a analisar as dificuldades da adoção do programa Mais Educação suas inovações nas escolas públicas e possíveis estratégias para resolução de conflitos e alinhamento dos comportamentos dos participantes da vida escolar.

Este estudo também poderia ser replicado em outras escolas de outros municípios brasileiros, para verificar a existência do mesmo padrão de resultados ou não. Nesta direção, comparações, sugestões e novas experiências poderiam ser realizadas entre escolas onde fossem relacionados construindo assim novas alternativas para o bom desempenho escolar. O foco neste trabalho na gestão de politicas públicas pode despertar interesse para um significativo campo de conhecimento sob a perspectiva da Administração pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escola. 1. ed. Brasília, DF: MEC, 2008a.

BRASIL/ LDBEN. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Conselho Deliberativo. Resolução Nº 38, de 19 de agosto de 2008.

_____. Manual de Educação Integral para Obtensão de Apoio Financeiro Através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Brasília, 2009.

_____. Portaria Normativa Interministerial Nº-17, de 24 de Abril de 2007.

_____. Portaria Normativa Interministerial Nº-19, de 24 de Abril de 2007.

_____. Plano Nacional Educação. PDE, Lei nº 10.172, de 9 janeiro de 2011.

_____. Senado Federal. Constituição Federal. Brasília, DF. 1988.

BRUYNE, P. Dinâmica das pesquisas em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CARVALHO, Maria C. B. O lugar da educação integral na política social. Cadernos CENPEC: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, Educação Integral, Ano I, n. 2. São Paulo: CENPEC, 2º sem 2006.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 2007, vol. 17. Disponível em: <http: // dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2007000100003>. Acesso em: 30 de agosto de 2015.

EDUCAÇÃO, Departamento nacional de. Ensino integral. Bom Jesus-SC. Disponível em <http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br/pdf/projetoimp.pdf>. Acesso em: maio. 2016.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. Miniaurélio Século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa.4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, Joana Rodrigues Alexandre. A educação no Brasil contemporâneo. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.joanarodrigues.prosaeverso.net/visualizar.php?idt=5219080>. Acesso em: janeiro. 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania. Revista de Educação. PUC-Campinas. Campinas. n.24. jun. 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=230760. Acesso em: mar. 2016.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Relatório final. SAEB/95. Brasília: MEC/INEP,1998.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. Revista Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009.

MARTINS, Heloísa Helena T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa. São Paulo, v. 30 n. 2, Maio/Agosto 2004.

MATOS. Sheila Cristina Monteiro. O Programa Mais Educação do governo federal e sua versão em Duque de Caxias: o Programa Mais Escola. Revista espaço acadêmico nº116 janeiro de 2011.

NEVES. Lúcia Maria Wanderley. Educação e Política no Brasil hoje. 2 ed. São Paulo: Cortez,1999.

OLIVEIRA, Daniel Barbosa de. Material de Apoio a Educação. Paracatu-MG, 2009.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. Fronteiras da educação: tecnologias e políticas. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

PINHEIRO, Fernanda. P. S. Z. Programa Mais Educação: uma concepção de educação integral. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, A; Neto, G. P. A gestão Pedagógica do Programa Mais Educação Um olhar A partir da Experiência da EEEFM Prof.ª T Teodora Bentes. In: Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada. 5,2012, Belém, Pará.

SÉRIE MAIS EDUCAÇÃO. Texto Referência para Debate Nacional. Ministério da Educação, Brasília, 2009.

SETUBAL, Maria Alice. Com a palavra... Consulex. Ano XVI. N.382. 15 de Dezembro de 2012.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e pesquisa em administração, Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

ANEXOS

ANEXO I - QUESTIONÁRIO RELATIVO À ENTREVISTA COM AS MÃES.

1. A senhora, mora no mesmo endereço da escola?

2. Quantos filhos têm nessa escola? Desde quando?

3. A Senhora conhece o programa Mais Educação? O que sabe sobre ele?

4. Desde quando seu filho está no programa?

5. A Senhora Acha que seu filho passou a ir mais à escola depois que passou a participar do Mais Educação? Por quê?

6. Conte- me como é o dia-a-dia do seu filho na escola, que horas ele entra que horas sai?

7. Ele vai à escola todos os dias da semana ou tem dia diferente? Como é esse dia-a-dia de escola?

8. A senhora sabe se alguns colegas de seu filho que também participam do programa estão indo mais à escola ou não? Pensava-se em abandonar? Se o programa mudou alguma coisa na vida deles?

9. A senhora acha que depois que seu filho passou a participar do programa ele passou a ter mais facilidade pra aprender na escola, ele tem aprendido mais ou a senhora acha que não há mudança nenhuma? Explique-me um pouco mais sobre isso.

10. A senhora sentiu que com o programa ele melhorou em leitura, escrita, matemática ou não/ explique.

11. A senhora acha que o comportamento de seu filho mudou depois de ele participar do programa ou não? Explique

12. Seu filho (a) comenta sobre o Programa Mais Educação e sobre a escola? O que? Caso não comente; não acha estranho que ele não comente nada? O que a senhora esperava?

13. Para que serve a educação? E hoje, a escola está oferecendo isso que a senhora acha que ela deveria oferecer? Explique.

14. Qual sua opinião sobre os professores e monitores que atuam na educação do seu filho?

15. Qual a importância da escola?

ANEXO II - QUESTIONÁRIO RELATIVO À ENTREVISTA COM OS MONITORES.

1. Há quanto tempo você trabalha no PME? Como foi o primeiro contato com o programa e por que surgiu o interesse de trabalhar no PME?

2. Qual a sua área de atuação no PME? Detalhe um pouco sobre a sua formação profissional e como isso ajuda na atuação das atividades desenvolvidas no programa.

3. O que você sabe sobre o PME no Brasil, e aqui em Limoeiro do Norte? Quais comentários você ouve sobre o PME? E o que se sabe sobre o PME em Limoeiro do Norte?

4. Ao ser inserido como monitor do PME houve algum tipo de treinamento ou atividade de caráter esclarecedor para atuar junto aos beneficiários do PME? Se sim, detalhe sobre o assunto.

5. Como é a relação existente entre você, as crianças, os jovens e adolescentes participantes do PME? Relate sobre o cotidiano desse jovem e crianças no programa e se houveram melhorias no desenvolvimento dos alunos com as ações feitas pelo PME?

6. Quais suas perspectivas profissionais e pessoais atuais, já que você hoje atua com voluntario em um programa com as características do PME?

7. O que você sugere para que o programa Mais Educação venha a melhorar ainda mais em relação à escola onde atua?

ANEXO III - QUESTIONÁRIO RELATIVO À ENTREVISTA COM GESTORA DA ESCOLA.

1. O que a senhora pensa sobre o PME no Brasil, Limoeiro do Norte? Quais os comentários que ouve sobre o programa? O que se sabe sobre o PME em Limoeiro do Norte em geral?

2. Pelos comentários e pelo que a senhora pode acompanhar, a senhora acredita que o programa aqui na escola é igual ou diferente às outras na região em geral? Explique, Essa escola é igual às outras ou existem diferenças em relação às outras? Relate sobre o assunto.

3. O apoio do PME tem contribuído para o tempo de permanência do aluno na escola? Muitos alunos ficam mais na escola por causa dele ou não? Caso positivo, por que acha que o programa tem feito os estudantes ficarem mais na escola (ou por que não tem contribuído para ficarem)? O PME tem contribuído para ampliação do espaço físico-educativo do ambiente escolar? Explique

4. O apoio do PME tem contribuído para a formação de parcerias escola comunidade? Explique e descreva algumas ações.

5. O apoio do PME tem contribuído para melhorar as ações pedagógicas da escola? Explique detalhadamente, dando exemplos.

6. O índice de evasão escolar reduziu com a implantação do PME? Explique como a Senhora acha que reduziu ou por que não reduziu? O que ajudaria a resolver?

7. O índice de reprovação escolar reduziu com a implantação do PME? Explique como a Senhora acha que reduziu ou por que não reduziu? O que ajudaria a resolver?

8. A escola possui dados sobre o aprendizado dos alunos e seu desenvolvimento escolar? Relate.

9. Houve redução da exploração sexual, trabalho infantil e outras formas de violência com a implantação do PME?

10. Quais os pontos negativos e positivos que houve com a implantação do PME na escola e o que deveria ser melhorado?

11. Qual a influência do PME na qualidade da educação?